

Afinal, de quem é este país?

Publicação: [O Mundo em Português N°58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Nadim Shehadi

Duas décadas atrás, Beirute destacava-se em todos os noticiários. A difícil situação dos reféns prendia particularmente a atenção ocidental, quando uma enorme explosão causada por um suicida modificou a política de uma superpotência. Agora, outra bomba colocou novamente o país no centro dos acontecimentos e as atenções centraram-se nos problemas ignorados desde o início dos anos 80.

Na sequência do assassinato do antigo primeiro-ministro, Rafic Hariri, o Líbano está outra vez no centro das atenções. A comunidade internacional apoia a resolução do Conselho de Segurança da ONU que apela à retirada da Síria do país, sob o seu controlo há mais de vinte anos. Esta questão aproximou a França e os EUA, mesmo com todas as divergências sobre o Iraque. A última vez que esta coligação se formou em relação ao Líbano foi em 1983, quando ambos os países faziam parte de uma força internacional presente no país, na sequência da invasão israelita. O objectivo era, na altura, como agora, afastar a Síria e restaurar a soberania libanesa. Por que funcionaria agora se não funcionou antes? A longa história da intervenção ocidental no Líbano aponta para que seja mais geradora de problemas do que de soluções.

A força multinacional de 1983 tinha como objectivo remover a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e reforçar o exército e o Estado libaneses. Pretendia-se que o Líbano assinasse posteriormente um tratado de paz com Israel, conhecido como o acordo de 17 de Maio – seria o segundo país árabe a fazê-lo, depois do Egipto. O então Presidente libanês, Amine Gemayel, recusou assinar o tratado, depois do Presidente Hafez al-Assad da Síria ter indicado que ele e os seus aliados no país se lhe oporiam.

Toda a agenda colapsou quando um bombista suicida lançou um camião contra as casernas da Marinha norte-americana, perto do aeroporto de Beirute, matando 220 soldados e conduzindo à desmobilização das forças norte-americanas, seguida pelas tropas francesas, igualmente atingidas. Deste episódio conclui-se que o Líbano não podia ser separado da Síria – era demasiado perigoso.

O vazio criado pelo colapso desta agenda só poderia então ser preenchido pela Síria, desde logo através do acordo Taif, de 1989, que acabou com a guerra libanesa e garantiu a Damasco «relações especiais» com o Líbano. Um acordo engendrado por Rafic Hariri, um cortesão do Rei Fahd da Arábia Saudita e um amigo chegado do então Presidente da Câmara de Paris, Jacques Chirac. Por fim, em 1990, foi dada carta branca à Síria como recompensa por ter feito parte da coligação da Guerra do Golfo, após a invasão do Kuwait. O Presidente Hafez al-Assad foi o principal, se não o único, beneficiário real da Guerra do Golfo.

A partir de então, o Líbano esteve sob domínio sírio e perdeu a sua relevância estratégica. Tudo isto aconteceu com a benção da Administração norte-americana do Presidente Bush (pai), na linha da máxima do antigo Secretário de Estado Henry Kissinger: «dêem o Líbano à Síria e haverá paz no Médio Oriente».

Muitos dos problemas que os EUA deixaram para trás no Líbano, em 1983, regressaram vinte anos depois. O Líbano era um microcosmos de todos os conflitos na região e foi palco de todos os testes. A contínua ocupação do sul do Líbano por Israel radicalizou a população xiita e produziu o Hezbollah, do qual os EUA e Israel procuram agora livrar-se com tanto empenho. É possível que tenham sido as operações do Hezbollah no sul do Líbano a conduzir à retirada israelita, em Maio de 2000, acabando com 22 anos de ocupação. O Hezbollah tornou-se no único partido que conseguiu derrotar o poderoso inimigo dos árabes, o que poderá ter inspirado, nesse ano, a Intifada na Palestina, que arruinou o processo de paz.

Por fim, o enfraquecimento da OLP conduziu ao crescimento do Hamas e da Jihad Islâmica, dois partidos islâmicos radicais que, uma vez mais, se tinham interposto para preencher o vazio e que agora são vistos como o principal obstáculo ao processo de paz.

O ataque às casernas da Marinha, a primeira operação suicida dos tempos modernos, foi bem sucedido na mudança que provocou na política do mais poderoso país do mundo e no curso da história. Constituiu um precursor dos ataques às torres gémeas em Nova Iorque, em Setembro de 2001, que também teve um efeito radical na política norte-americana.

Depois do recuo norte-americano, em 1983, o Líbano tornou-se no campo de batalha entre o Irão e os EUA na crise de reféns, com Washington a ser forçada a fazer concessões, no que mais tarde seria conhecido como caso Irão-Contras.

A Síria e a OLP degladiavam-se também no Líbano na «guerra dos campos», que terminou com a Síria a controlar dez grupos radicais que se opunham ao processo de paz de Oslo e a encetar uma contínua batalha dentro dos campos de refugiados. Na altura surgiram também tensões entre os sunitas e os xiitas, com algum envolvimento da Arábia Saudita e do Irão. Outras questões, como o debate entre o secularismo e o fundamentalismo, o nacionalismo, o pan-arabismo e o pan-islamismo estavam a ser disputadas nas ruas de Beirute e os resultados destas lutas acabariam por influenciar o futuro da região como um todo.

A maioria das questões não resolvidas há vinte anos atrás regressaram para assombrar os decisores políticos norte-americanos. A resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU, que os EUA estão agora obstinados em aplicar, inclui estas matérias inacabadas: desautorizar o Hezbollah, desarmar os campos de refugiados palestinos e assegurar a retirada das tropas e da influência sírias.

A partida das forças multinacionais em 1983 marcou também o colapso de toda uma abordagem à segurança libanesa. As três dimensões desta doutrina eram um equilíbrio entre a protecção ocidental e um pacto com uma potência regional dominante, balanceado por outros países árabes. Esta fórmula permitiria ao país permanecer à margem dos principais conflitos na região e tornaria Beirute no centro comercial e financeiro.

A protecção ocidental estabelecida pouco depois da independência e retirada com as forças multinacionais em 1983 foi restabelecida apenas em Setembro de 2004, com a colaboração franco-americana na resolução 1559 do Conselho de Segurança. Isto com o apoio das principais potências regionais árabes e dos países do Golfo – o princípio do equilíbrio revisitado.

Entretanto, Hariri, que viajava entre Damasco, Paris e a Arábia Saudita nos anos 80, era o homem que nos bastidores combatia grande parte destes problemas e trabalhava numa agenda regional. Estabelecendo uma ligação entre a Síria e a Arábia Saudita, promoveu o acordo Taif, ao mesmo tempo que planeava o restabelecimento de Beirute como centro regional cosmopolita.

Hariri tinha outra equipa a trabalhar na reforma da economia síria e na preparação da liberalização, tendo em vista o iminente colapso da União Soviética. Um outro grupo incentivava as ideias liberais islâmicas por oposição ao fundamentalismo, numa altura em que os Jihadis estavam a ser promovidos no Afeganistão e o Irão exportava a sua revolução para o Líbano. Mais tarde, Hariri tornou-se primeiro-ministro do Líbano,

representando uma força de equilíbrio regional, sobretudo saudita, em relação ao domínio sírio. A sua colaboração com o regime sírio foi marcada por contínuas crises.

A conferência de Paris, em Novembro de 2002, que ele organizou, assistiu ao restabelecimento dos tradicionais acordos de segurança libaneses, num contexto económico favorável. Reuniu, sob o patrocínio de Chirac, agora Presidente da França, potências internacionais e regionais que proporcionaram um amplo apoio que ajudou o Líbano a sair da crise económica que poderia ter tido implicações na segurança.

Após o mais recente confronto com a Síria, em meados do ano passado, sobre a extensão do mandato do Presidente Emile Lahoud, crê-se que Hariri tenha sido instrumental, através da sua amizade com Chirac, no impulso dado à resolução 1559.

O assassinato de Hariri desencadeou uma onda de protestos no Líbano contra a Síria e os seus serviços de segurança, que fez cair o governo do primeiro-ministro Omar Karami – que se demitiu em resposta quer ao movimento de protesto popular, ao estilo da Ucrânia, quer às duras críticas da oposição.

De volta ao ponto de partida. A França e os EUA, juntamente com a Arábia Saudita e outras potências regionais e sob a autoridade da resolução do Conselho de Segurança, pressionam a Síria para retirar do Líbano e restaurar a democracia.

Quanto ao Presidente Bashar al-Assad, da Síria, tem passado os últimos dois anos a tentar melhorar as relações com Washington. Depois da queda de Bagdad, ficou cercado por vizinhos pró-EUA: Turquia, Iraque, Jordânia e Israel. Com o assassinato de Hariri perdeu também os seus aliados mais próximos, a França e Arábia Saudita, e o Líbano, a sua última carta, está-lhe agora a ser arrancada.

Assad tem oferecido a Washington concessões em todas as questões de interesse comum. Em relação ao Iraque tem havido cooperação, uma vez que Assad pode controlar melhor a fronteira e fornecer informações usando os vastos contactos da Síria com a oposição do Iraque, que tinha base em Damasco antes da guerra. Está também a oferecer colaboração na «guerra» contra o terrorismo, onde provou ser útil nos últimos anos. Desta forma, parece existir vontade por parte de Assad de recomeçar as conversações de paz com Israel, em contradição com a linha seguida pelo seu pai.

Assad visitou a Turquia e assinou um tratado resolvendo o conflito sobre a província fronteiriça de Antioquia. Depois disso, Ancara foi o seu mediador com Israel e os EUA. O Presidente sírio tem mostrado vontade, se não mesmo entusiasmo, para encetar reformas económicas e políticas, libertando prisioneiros políticos, autorizando media e

bancos privados, abolindo a educação militar do partido Baas nas escolas, entre outras medidas.

Mas tornou-se cada vez mais óbvio que a linha dura de Washington não estava interessada em acordos com a Síria que permitissem que o regime sobrevivesse, acreditando que, tal como os antigos satélites soviéticos da Europa de Leste, o regime sírio não era reformável. Assad ficou cercado em todas as frentes: a mensagem era a mesma, quer da parte dos árabes quer da parte do Ocidente. As declarações de Bush desembocaram na exigência de uma retirada incondicional e humilhante do Líbano que poderia pôr em perigo a situação doméstica de Assad. Mas não havia também nenhuma garantia de que mesmo isso iria ser suficiente; parecia que a Administração Bush só ficaria satisfeita com o fim do partido Baas e do regime de Damasco. Assad estava na mesma situação que Saddam Hussein antes da invasão do Iraque, em Março de 2003.

Tendo isto em mente, Assad fez um discurso, a 5 de Março, indicando que a Síria apostava em reatar as conversações com os EUA e fazer um acordo. Ao mesmo tempo, enviava uma mensagem para ambos os seus aliados, no Líbano e em Washington, lembrando-os de que se aproximava o que ele descreveu como uma situação semelhante à de «17 de Maio», que era necessário combater. Tratava-se de uma referência à tentativa falhada de 1983 para criar um acordo de paz separado entre o Líbano e Israel que provocou um volte-face na política dos EUA em relação à Síria. Mas também se referia aos perigos de separar as negociações de paz libaneses e sírias e da decisão final sobre a questão dos refugiados palestinos no Líbano. Uma retórica poderosa concebida para suscitar preocupações no Líbano. O Hezbollah tinha sido alertado de que o seu pescoço estava também na guilhotina, uma vez que a resolução 1559 exigia o desarmamento e a dissolução do grupo.

Todos os pontos certos tinham sido pressionados, provocando uma divisão entre a oposição libanesa e uma enorme manifestação contra a intervenção estrangeira promovida pelo Hezbollah e outras forças leais à Síria. Desde o discurso de Assad que os grupos armados estão nas ruas de Beirute, em cenas que lembram os dias da guerra civil. Assad demonstrava assim que criava problemas que só ele conseguiria resolver e que o seu controlo sobre o Líbano era tão útil quanto as ofertas que fazia a nível regional.

O Ocidente enfrenta novamente um dilema. A intervenção no Líbano tem perigos óbvios, mas abandoná-lo uma segunda vez não é menos problemático. Deverá fazer-se um acordo com a Síria que implique deixá-la controlar o Líbano em troca de concessões

em todas as outras frentes? Ou deverá empurrar-se a sua política declarada para uma conclusão lógica, com todos os riscos envolvidos? A batalha por Beirute recomeçou.

O Líbano está novamente no epicentro de uma nova ordem mundial emergente – as decisões a tomar determinarão a política dos EUA na região. O Príncipe Klemens von Metternich, muito semelhante a Kissinger, era um poderoso estadista austríaco que ajudou a moldar a Europa moderna e restabeleceu o seu país como uma potência liderante do século XIX. Antes de enviar o seu embaixador para Constantinopla, no calor dos desastres da Questão de Leste, um período de intensa intervenção europeia no Império Otomano, Metternich advertiu-o: «Diz ao Sultão que se houver guerra no Líbano, haverá guerra no Levante; e diz ao Sultão se houver paz no Líbano haverá paz no Levante». Este conselho deveria estar fortemente presente nas mentes dos decisores políticos norte-americanos.